

## BALTASAR LOPES, OSVALDO ALCÂNTARA E PASÁRGADA

ALBERTO CARVALHO\*

## RESUMO

Neste artigo, analisa-se o papel impulsionador do escritor cabo-verdiano Baltasar Lopes na reativação da revista *Claridade* em outubro de 1947. Mediante um trabalho comparativo, pautado pela consideração hermenêutica do horizonte histórico em que esse processo se dá, procura-se compreender as relações políticas e existenciais que determinaram a publicação, cerca de seis anos após a sua conclusão, de seu romance *Chiquinho*. Desse modo, ao se privilegiar os hiatos de publicação e a relação entre os autores com quem dialogava, pretende-se interpretar o modo como é possível identificar, em meio à continuidade, rupturas estéticas fundamentais para a compreensão de sua obra literária.

PALAVRAS-CHAVE: Cabo Verde, Baltasar Lopes, Osvaldo Alcântara, *Claridade*, “Suplemento Cultural”, Pasárgada.

*La forme et la disposition de l'épichérème sont déterminées par les capacités psychologiques et cognitives de l'auditoire. La structure de l'épichérème s'adapte au rythme mental de compréhension de l'interlocuteur: les données psychologiques de la persuasion déterminent en l'occurrence la forme de l'opération logique comme pour l'enthymème.*

(GILLES DECLERCQ, 1992)

## 1. CONTEXTO BREVE

Circunstâncias particulares foram a causa para que a publicação do romance *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, tivesse ocorrido meia dúzia de anos após a sua conclusão, em outubro de 1947, ano em que é

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.  
Alberto.adcarvalho@gmail.com

reativada a revista *Claridade*, no seu segundo ciclo de vida, com o n. 4 publicado em janeiro daquele ano.<sup>1</sup>

Por fortuitas que sejam as duas ocorrências, não deixam de estar em sintonia com os tempos políticos anunciadores de grandes transformações no pós-Guerra. Os blocos de Leste e Oeste começavam a delinear as estratégias antagônicas, a Europa ia-se erguendo de uma guerra devastadora, a França gaulista dava-se conta da impossibilidade de honrar o acordo anos antes firmado com os patriotas africanos do Rassemblement Démocratique Africain (RDA),<sup>2</sup> os países sob tutela ou em situação colonial assumiam-se como bloco reivindicativo (cf. GUITARD, 1969) de autonomias, tempo ainda para o Estado Novo português começar a sentir embaraços quanto à justificação da política colonial que obstinadamente prosseguia (cf. ANDRADE, 1998; LABAN, 1997).

## 2. OUTRAS MUSAS

Admitindo a hipótese plausível de a vida de *Claridade* se ter processado sob a coordenação de Baltasar Lopes,<sup>3</sup> tudo leva a crer que lhe cabiam ainda a responsabilidade intelectual e a organizativa; assim, havia a cumplicidade de tutela e de companheirismo sobre tudo quanto nela se publicasse,<sup>4</sup> com particular relevo a partir de agora, dez anos passados sobre o ciclo (1936-1937) que lançava a modernidade literária cabo-verdiana.

No n. 4, jan./1947, que inicia o 2º ciclo da revista, o maior volume de colaboração pertencia ainda aos fundadores, mas já tocada pela sinalética de abertura aos mais novos. São nele incluídos, do grupo etário de *Certeza*, Arnaldo França, “Poema de amor” (p. 24); Tomaz Martins, “Poema para tu decorares” (p. 37); Nuno Miranda, “Escritório” (p. 38), além do independente António Aurélio Gonçalves. No n. 5, set./1947, porém, a isotopia questionadora já marca presença, como proclamação solidária em situação agressiva, no poema “Deslumbramento” (p. 12), de Osvaldo Alcântara (pseudônimo de Baltasar Lopes), e como alusão ideológica no título do poema “Liberdade” (p. 15), de Pedro Corsino Azevedo.

Mas a novidade sintomática reside na colaboração aberta a Aguinaldo Fonseca que publica neste n. 5 “Metamorfose” (p. 17) e “Oportunidade perdida” (p. 18); nos outros números deste 2º ciclo, no

n. 6, jul./1948, “Sensibilidade” (p. 11-12), “Esperança” (p. 12-13) e “História bíblica dos homens” (p. 41); e, no n. 7, dez./1949, “Momento” (p. 27-28), “Poeta e povo” (p. 28) e “Perdida” (p. 29).

Na entrevista cedida a Michel Laban, datada de “Lisboa, junho de 1987”,<sup>5</sup> Agualdo Fonseca se refere à sua saída de Cabo Verde, havia mais de 39 anos, à frequência da Casa dos Estudantes do Império e às relações com Amilcar Cabral, além de Gabriel Mariano e Carlos Alberto (Monteiro) Leite que planejaram (a partir de Lisboa) a publicação, em Cabo Verde, do “Suplemento Cultural” da revista *Boletim Cabo Verde*.<sup>6</sup>

Conforme indica na entrevista, os seus primeiros poemas foram publicados em 1946 por mediação de Pedro da Silveira, no jornal açoriano *A ilha*, em que (diz ele) estrearam Amilcar Cabral e Gabriel Mariano. Do cotejo de datas, nomes e fatos pode-se deduzir que já residia em Lisboa, no tempo de publicação dos seus poemas na *Claridade*, feitos chegar a Baltasar Lopes certamente por mediação de Gabriel Mariano, assim como a publicação de *Linha do horizonte*, de Fonseca (1951) se ficou a dever ao empenho de Amilcar Cabral.<sup>7</sup> Dos trinta poemas que compõem *Linha do horizonte*, não constam “A história bíblica dos homens” nem “Momento”, dois textos que privilegiam, um, a casuística do egoísmo individualista e, outro, uma reflexão impregnada de lirismo em torno da indiferença humana, temas alheios ao incitamento ideológico caro a Amilcar Cabral.<sup>8</sup>

Sobre *Linha do horizonte*, Agualdo Fonseca informa que a maioria dos poemas foi escrita em Cabo Verde (Santiago), publicados por sugestão de Amilcar Cabral “que, mais tarde, vendo o meu pouco interesse, pediu-me os poemas, mandou-os passar a máquina, mas só mos devolveu quando lhe garanti que sim, que o livro seria publicado”.<sup>9</sup> Não será, por isso, irrelevante o fato de, sendo tão escassas as dedicatórias (cinco) dos poemas, a última ser dirigida “Ao Amilcar Cabral” precisamente no poema “Nova poesia” que será abordada mais abaixo.

Inserem-se no tempo dessa “nova poesia” os artigos que Amilcar Cabral<sup>10</sup> publica na revista *Cabo Verde*, a partir dos seus primeiros números. No Brasil, o realismo nordestino ocupou-se largamente das crises, em virtude das estiagens e assim também em Cabo Verde, com o realismo das décadas de 1930 e 1940, que na poesia e na narrativa tratou a situação da seca sob o ponto de vista da luta obstinada contra o condicionalismo geográfico.<sup>11</sup> Com os seus artigos, tudo parece passar

como se Amilcar Cabral tivesse dois objetivos em vista: equacionar a situação climatológica da terra e da seca com uma abordagem científica de Engenheiro Agrônomo, e sugerir uma temática literária que substituísse o já exausto tópico da seca, que fosse inovadora, a exemplo do poema que fez inserir logo no final do primeiro artigo “Em defesa da terra”:

“REGRESSO...”

Mamãe Velha, venha ouvir comigo/o bater da chuva lá no seu portão./É um bater de amigo/que vibra dentro do seu coração.//A chuva amiga, Mamãe Velha, a chuva/que há tanto tempo não batia assim.../Ouvi dizer que a Cidade Velha,/–a ilha toda–/ Em poucos dias já virou jardim...//Dizem que o campo se cobriu de verde,/ da cor mais bela, porque é cor da esp’rança./Que a terra, agora, é mesmo Cabo Verde/–É a tempestade que virou bonança...//Venha comigo, Mamãe Velha, venha,/recobre a força e chegue-se ao portão./A chuva amiga já falou mantenha/e bate dentro do meu coração. (CABRAL, 1949, p. 11)

Como sugere o texto colocado em epígrafe, entra-se no tempo em que as mensagens dos poemas procuram adaptar-se ao ritmo mental de compreensão dos destinatários, de forma assertiva, explicativa, direta. Assim, com “Regresso...”, de Amilcar Cabral, e com “Nova poesia” que Aguinaldo Fonseca lhe dedica: “Um dia, misteriosamente,/A Poesia perdeu-se./E muita gente/Andou por montes e vales/Buscando-a raivosamente. [...] Mas, de cada peito contrito,/De cada lágrima ou grito,/De cada gesto de dor,/De todo o sangue ou suor/Discretamente nascia/Uma nova poesia” (FONSECA, 1951, p. 65). Na essência, os dois textos podem ser tomados por paradigma de uma estética expurgada do efeito artístico gerador da opacidade significante, eventualmente confinada ao resíduo poético mínimo do ritmo e da rima ou, de preferência, vertida no versilibrismo que apenas pretende preservar o ritmo frásico reforçado pela rima.<sup>12</sup>

### 3. TEMPO DE REAGIR

Em 1951, surgia *Linha do horizonte* por insistência de Amilcar Cabral que, por outro lado, antes de concluir a série de artigos “Em

defesa da terra”, publica em janeiro de 1952 o artigo “Apontamentos sobre poesia cabo-verdiana” de intenção programática. Depois de definir o seu conceito da função da poesia, ao longo do breve historial da modernidade realista (*Claridade e Certeza*), Cabral (1952) indica quais devem ser os caminhos da nova ordem poética: “Os poetas, agora, são homens comuns que caminham de mãos dadas com o povo, e de pés fincados na terra<sup>13</sup> [...] A voz do Poeta, agora, é a voz da própria terra, do próprio Povo, da própria realidade cabo-verdiana [...] [finalizando com a recomendação] Mas a evolução da Poesia Cabo-verdiana não pode parar. [...] Parece que António Nunes e Aguinaldo Fonseca estão na vanguarda dessa nova Poesia [...] O primeiro [recentemente falecido em 1951], auscultando a terra e o Povo sonha com um ‘Amanhã’ diferente [...] O segundo exprime, em toda a sua grandeza, o ‘naufrágio em terra’, do Povo a que pertence” (p. 5-8).

Nessa ordem epocal de fatos marcantes, Manuel Duarte publicava, dois anos depois, em 1954, o ensaio “Cabo-verdianidade e africanidade”<sup>14</sup> que vinha avolumar as questões de poética já suscitadas pelo artigo de Amílcar Cabral, evocando novos argumentos em forma de tese implícita para a redefinição da identidade cabo-verdiana. De uma teia de matizadas noções sobre cultura, entre o popular e o erudito, Manuel Duarte inferia o que entendia ser a atitude distorcida do poeta cabo-verdiano culto (erudito): “exclusivamente europeizante [...] [logo despersonalizante, por ignorar os valores] étnica e historicamente ligados tanto à África como à Europa, acrescendo sobremaneira no sentido da africanidade, a situação geográfica, o condicionamento climatérico, a predominância da corrente imigratória negra no povoamento das ilhas”.<sup>15</sup>

No que se refere “aos intelectuais do grupo *Claridade* [...] [é-lhe consignada a] tarefa coletiva e histórica de enraizar as letras cabo-verdianas”,<sup>16</sup> entendendo-se “enraizar” no sentido metafórico de instauração do processo da modernidade. Ao confinar aquele grupo ao trabalho fundacionista de meados da década de 1930, acentua a tese de “exclusivamente europeizante”, forma ainda de atribuir à poesia produzida até finais de 1940 um pseudo “enraizamento levado a cabo pelos ‘claristas’ [...] [‘claridosos’ e não ‘claridosos’, todos ocupados na] missão de dar voz poética à angustia oceânica da nossa gente”.<sup>17</sup>

De acordo com a argumentação etnográfica de Manuel Duarte, o real “enraizamento” só poderia consistir no trilhar de “caminhos

conducentes a novos tipos de mentalidade, a africanização [...] a caboverdianização do natural das ilhas”.<sup>18</sup> Duas ideias sobressaem dessa série de argumentos, a da “caboverdianização” como epifenômeno a ser realizado na linguagem poética dos intelectuais (em vez de substância coletiva criada na lenta evolução histórica da nação-povo) e a do atributo identitário (ser homem cabo-verdiano) como fato dependente das linguagens ensaística, comunicativa e literária (e não dos valores sociais e civilizacionais que dão sentido à evolução histórica da nação-povo).

A nosso ver, é ainda esta ordem epocal que confere sentido à intervenção de Baltasar Lopes, de 1956, para questionar e rebater as opiniões de Gilberto Freyre (1953b) sobre Cabo Verde, expressas no livro *Aventura e rotina*, em resultado da sua breve passagem pelas ilhas em outubro de 1951.<sup>19</sup> Por se tratar de duas apresentações, uma em formato de livro, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* (LOPES, 1956),<sup>20</sup> outra em comunicação oral, “Apontamentos de Baltasar Lopes, lidos ao microfone da Rádio Barlavento”<sup>21</sup> fica implícita a ideia de o processo ter obedecido à estratégia da difusão maximizada, conotadora da importância dada ao caso, apresentado aliás numa planificação de impecável pedagogia.

Com os “Apontamentos” logicamente ordenados em blocos temáticos, a emissão de 12/5/1956 expõe o assunto, começando por render homenagem aos autores brasileiros de cujas obras os cabo-verdianos extraíram sugestões e despistaram ideias interessantes para o lançamento da modernidade crioula. Daí as expectativas geradas com a vinda do mestre sociólogo a Cabo Verde, depois seguida da desilusão:

Para abreviar: dos tropicalistas, ou luso-tropicalistas que na primeira hora nos fizeram vislumbrar a importância e a densidade do problema, restava-nos Gilberto Freyre. Enfim, Gilberto Freyre veio. Chegou, viu, interpretou. Porém, na minha ignorância, mas também na minha suspeita dos métodos da ciência que o mestre brasileiro cultivava com tanto brilho, poderia ele dar das nossas ilhas uma interpretação não eivada de pressa jornalística ou turística, no tão pequeno espaço de tempo e na pobreza dos contatos que teve, *tant bien que mal*, de receber um vislumbre da nossa vida? Gilberto Freyre apenas “arranhou o litoral” de três das nossas ilhas – Santiago, S. Vicente e Sal. (LOPES, 1956, p. 7)<sup>22</sup>

Na emissão de 19/5, descreve-se a aculturação das matrizes africana e europeia e a diversidade etnográfica da nação crioula irreduzível à tese antilhana. Logicamente, na de 26/5, tem lugar a reflexão sobre o caráter regional (ou não) de Cabo Verde. As de 2/6 e de 9/6, duas que alongam o tema conotando a delicadeza da questão da língua cabo-verdiana, certificam-na como valor identitário e como linguagem de expressão da genuinidade crioula. Finaliza a série de lições, em 23/6, o rastreio da original culinária na alimentação comum e sofisticada em ocasiões festivas.

Na medida em que procuram corrigir as observações superficiais de Gilberto Freyre, os “Apontamentos” parecem-nos traduzir uma crítica velada equivalente ao melindre que terão causado no orgulho crioulo, sentindo-se injustiçado. Ora, admitindo ter fundamento a ideia de “melindre” cabo-verdiano,<sup>23</sup> parece inexplicável que o escritor Gilberto Freyre, de 1953, só tenha tido a devida resposta em 1956. Ou talvez não, se interpretarmos a ironia de Baltasar Lopes implícita nos “Apontamentos” no sentido de uma resposta necessária, mas em momento oportuno.

Em nossa leitura, a intervenção de Baltasar Lopes visa a dois alvos, explicitamente o exógeno, Gilberto Freyre, e, implicitamente, os endógenos constituídos pelos artigos críticos de 1952 (de Amílcar Cabral) e de 1954 (de Manuel Duarte), para lhes contrapor uma verdade outra, de reflexão mais conforme à ordem concreta das realidades. Quanto ao texto de Manuel Duarte, que se conforma ao ensaísmo especulativo de ideias, o de Baltasar Lopes envereda pela explanação empírica de fatos da realidade a que qualquer cabo-verdiano comum teria acesso, e em que este cabo-verdiano comum se reconhece no papel de ator. Explicitar as realidades de forma pedagógica torna-se um ato performativo que credita a competência e o efetivo saber social e etnográfico acerca do mundo crioulo, num esgrimir de Mestre (Baltasar Lopes) para Mestre (Gilberto Freyre).

Comparado com este saber de fácil consenso, o núcleo das teses de Manuel Duarte que defende a “africanização [...] caboverdianização do natural das ilhas” fica confinado (em face da lição de Mestre para Mestre) à qualidade de opinião que a conjuntura ideológica e política justificam, mas incapaz de resistir às verdades da substância social e cultural do povo e das suas reais concretizações.<sup>24</sup>

Sem ser populista, não deixava o “advogado do povo mindelense”<sup>25</sup> de protagonizar uma práxis consequente, garantia de não ser um “desenraizado”, “europeizante” e, por extensão, motivo para que a sua poesia, dita “clarista” não seja (como não é a dos outros “claristas”) menos cabo-verdiana, com a ressalva das divergências estéticas, poéticas e ideológicas entre os autores identificados com *Claridade* e com a geração do “Suplemento Cultural”, próprias da consciência de homens situados no tempo humano e do saber fazer literário de escritor.<sup>26</sup>

Ao confessar que os autores de *Claridade* exploraram o que poderia haver de útil na literatura brasileira para a modernidade cabo-verdiana, Baltasar Lopes estava a situá-los no papel de homens empenhados no seu tempo e nas realidades da sua nação histórica. E, verdade por verdade, uma vez que declarava essa verdade do seu grupo da década de 1930, e reconhecia não estarem ainda esgotadas as virtualidades de *Claridade* nestes tempos dos “Apontamentos”, essa sua verdade de 1956 não valeria menos do que a de Amílcar Cabral sobre os caminhos da poesia nova prescritos em 1952, por referência a António Nunes e a Aguinaldo Fonseca.

Embora sem serem anunciados como proposta, os caminhos da nova poesia já haviam sido abertos por *Claridade* ao acolher, nos números de 1947, 1948 e 1949, a colaboração de Aguinaldo Fonseca naturalmente com o beneplácito de Baltasar Lopes coordenador da revista. Notemos também que o poema “Nova poesia” dedicado a Amílcar Cabral em *Linha do horizonte*, em 1951, constitui uma variante de “Poeta e povo” publicado em *Claridade*, n. 7, dez./1949; portanto, dois anos antes.

Comparando os dois poemas, logo se nota pelos títulos autonímicos que “Nova poesia” exprime um radicalismo angustiado, manducador do próprio fazer literário e do próprio “Poeta” ao evocar o conceito arcaico e antiliterário de a poesia existir nas coisas: “misteriosamente,/A poesia perdeu-se” ou, segundo a nossa leitura, torna-se somática, “renascia” na expressão humana (de “peito contrito”, de “lágrima ou grito”, de “gesto de dor”, de “sangue ou suor”).

Na versão de “Poeta e povo”, otimista, “a voz do poema não era a voz do poeta/era a voz do povo [...] Os versos do poema choravam como o povo”, sustenta-se, pelo contrário, a ideia de total comprometimento,



de simbiose entre poeta e povo. O povo precisa do poeta para o cantar e o poeta precisa do povo para lhe proporcionar o assunto<sup>27</sup> ou, dito de outro modo, o poeta empresta ao povo a voz para ele se dizer. Se o radicalismo de “Nova poesia” profetiza a morte da poesia, da literatura, o otimismo de “Poeta e povo” sacrifica somente a ostensão do “eu” poético,<sup>28</sup> deixando a linguagem tornar-se proclamação argumentativa, reprodução em eco da realidade social.<sup>29</sup>

#### 4. RUPTURA (EM CONTINUIDADE)

De várias formas celebradas, a estética que José Luís Hopffer Almada costuma designar pelo lema “Nova largada” averba, nas suas palavras, o mérito de “primeira grande ruptura em relação à Claridosidade”,<sup>30</sup> protagonizada pelo “Suplemento Cultural”, acima referido. Sem questionarmos o alcance da ideia de “ruptura”, admitindo que esse lexema envolve aqui o sentido geral de “virar de página”, parece-nos oportuno trazer algumas achegas em vista da clarificação do enredo dialético subjacente à história literária cabo-verdiana.

Mais acima foram citados dois dados, os “Apontamentos sobre Poesia Cabo-verdiana” em que Amílcar Cabral proclamava “mas a evolução de Poesia Cabo-verdiana não pode parar”<sup>31</sup> e a hipótese de, a partir de Lisboa, Gabriel Mariano ter servido de mediador na publicação da poesia inovadora de Agualdo Fonseca em *Claridade*. Ora, a ideia de que a Poesia “não pode parar” tem por equivalente *Temos de reagir* que intitula uma notícia do Boletim *Cabo Verde*, em que se dá conta do encerramento do “Concurso do melhor conto regional” aberto por este *Boletim*:<sup>32</sup> “[...] Dez estudantes responderam à chamada. [...] Por unanimidade, foram atribuídos os prêmios [...] aos contos ‘O roubo’ [de Gabriel Mariano], ‘Fruto da época’ [de Francisco de Sales Lopes da Silva] e ‘Um conto’ [de José André Leitão da Graça]. [...] ‘Temos de reagir’”. Para isso só podemos contar com a geração que desponta”.<sup>33</sup>

Ou seja, por unanimidade, em todos os quadrantes, todos reagem apontando para o futuro, partilhando dois atores em quatro processos literários. O ator mais velho, nascido em 1922, Agualdo Fonseca, é primeiro publicado em *Claridade* e, depois, levado a editar *Linha do horizonte* por Amílcar Cabral que o tomou por arauto da nova ordem poética. O ator mais novo, nascido em 1928, Gabriel Mariano, é

primeiro galardoado com o prêmio do Conto no concurso do Boletim *Cabo Verde* e, depois, elemento ativo do grupo da “Nova largada” que se empenhava, com Carlos Alberto (Monteiro) Leite, no lançamento do órgão de “ruptura”, “Suplemento Cultural”, como se sabe, pertencente ao Boletim *Cabo Verde*.

Precisemos este enredo de fatos. A “Nova largada” assumia-se como protagonista da “ruptura” em relação aos tempos anteriores, em dois sentidos. O primeiro, literário, rejeitava a estética simbolizada por *Claridade* e, o outro, ideológico, contestava a ordem colonial vigente, contestação que, na prática, deveria incluir a revista *Boletim Cabo Verde* vista como expressão cultural do sistema colonial, no entanto, editora do “Suplemento Cultural”.

Convém, por isso, cotejar as ideias, em aparente contradição, subjacente a este enredo. O Diretor do Boletim afirma que “sabido que em literatura, em arte, em política os novos nem sempre estão com os velhos, não podemos deixar de registrar a adesão e de manifestar [...] o nosso regozijo por sentir à nossa volta essa generosa mocidade que [...] vem trazer o seu contributo à obra que encetamos há já longos anos.”<sup>34</sup> Transcendendo o sentido pontual da anotação do Diretor, Carlos Alberto Monteiro Leite informa que este “empreendimento [a publicação do ‘Suplemento Cultural’] há muito [...] figurava nos nossos planos e [...] só circunstâncias de todo em todo alheias à nossa vontade retardaram e condicionaram”.<sup>35</sup>

No “Suplemento Cultural”, colaboram Yolanda Morazzo (poesia), Gabriel Mariano (ensaio), Aguinaldo Fonseca (poesia), Sylvia Crato Monteiro (ensaio), Terêncio Anahory (poesia), Francisco Lopes (conto), Ovídio Martins (poesia) e José Augusto Monteiro Pinto (ensaio). De um lado, as temáticas em geral e alguns nomes em particular podem exprimir a ideia de inovação-“ruptura”, ao passo que, do outro, alguns nomes submetem-na a um curto-circuito (Aguinaldo Fonseca, Gabriel Mariano e Francisco Lopes)<sup>36</sup> que lhe atenua o efeito no plano cultural-literário.

Deixando cair o sentido deste curto-circuito, pode-se atribuir à “ruptura” o sentido de exclusividade dos “novos” no elenco do “Suplemento Cultural”, fato que ajuda a esclarecer as razões do Diretor do Boletim e de Carlos Alberto Monteiro Leite à luz da frase citada (“em literatura, em arte, em política os novos nem sempre estão

com os velhos”). Em vez de contradição, tudo se parece suavizar em torno do diferendo “novos” *versus* “velhos” sob um ponto preciso. A “Apresentação” assinada pelo Diretor (Bento Levy) significa o acordo por ele dado à publicação do conteúdo literário do “Suplemento”. Vir indicado como sendo o “n. 1” e, portanto, não número único, conota a ideia de projeto a ter continuidade. Resta a hipótese de “diferendo” não literário, mas político, transcendente ao consentimento do “velho” (Diretor) e dos “novos” (mentores do projeto), para que o “Suplemento Cultural” não tenha ido, afinal, além do n. 1.

Sendo distintas as verdades dos políticos e dos literatos, do ponto de vista sartriano, trata-se da liberdade dos comprometimentos. As razões políticas que motivam a geração dos “novos” enfileiram-se na ordem sincrônica dos fatos, num comprometimento que não raro se projeta sobre o plano diacrônico em que as razões literárias formam naturalmente sequências heterogêneas. O resultado tende a saldar-se por um ambiente de querela em que cada geração nova reivindica para si a exclusividade de uma cena que será tanto mais rica culturalmente quanto maior for a sua diversidade. E, sempre atento, o sistema político tira partido dessa pretensão à exclusividade procurando cortar as asas da inovação.

Ora, longe do exclusivismo doutrinador (prescritivo), a tática sub-reptícia da abertura à diversidade inovadora, adotada no 2º ciclo de *Claridade*, ganhou nova importância no tempo em que surge o seu 3º e último ciclo. Embora causado por “circunstâncias alheias”, o atraso da publicação do “Suplemento Cultural” viria permitir que a *Claridade* ocupasse novamente um lugar de vanguarda. Em maio de 1958, cinco meses antes da publicação do “Suplemento” (outubro de 1958, e uma antecipação de cinco meses é aqui significativa), o seu n. 8 daria acolhimento a, precisamente, um dos símbolos da “ruptura”, Ovídio Martins, e a outros, além de Aguinaldo Fonseca.

Em declaração publicada na última página daquele número de *Claridade*, são apresentadas as interrupções da revista, as dificuldades resultantes da dispersão dos seus colaboradores, alguns emigrados, e do seu reduzido número: “mas agora contamos com elementos novos, saídos do liceu, que se vêm juntar à turma da primeira hora”.<sup>37</sup> Os “novos” (de agora, em publicação) cremos serem Ovídio Martins, Terêncio Anahory, Onésimo Silveira, Jorge Pedro e Virgílio Pires. Das

gerações literárias anteriores, marcam presença Arnaldo França, Jorge Barbosa, António Aurélio Gonçalves, Osvaldo Alcântara e Baltasar Lopes, ainda Félix Monteiro e Teixeira de Sousa.

Admitindo que as referências aos “elementos novos” provenham de Baltasar Lopes, há uma razão para encararmos a questão pelo ângulo praxiológico do protagonista de vanguarda, mas com uma reserva de monta. Por medida de coerência, um professor (Baltasar Lopes), Reitor do Liceu, investigador linguista, personalidade cívica interveniente, não devia, nem sequer poderia por razões de bom-senso institucional, envolver-se em arroubos poéticos de contestação juvenil desabrida. Mas poderia conceder, como de fato pôde, a tutela de publicação (em *Claridade*) de que careciam os novos, assim como o incentivo de “ruptura” que (por serem novos) não lhes traria prejuízo. Assim com Baltasar Lopes e assim decerto com Bento Levy no projeto do “Suplemento Cultural”.

Por práxis de vanguarda entendemos tanto esse incentivo tutelar quanto a estratégia de organização da revista. Logo apresentado na página de rosto, o poema “Saudade no Rio de Janeiro”, de Osvaldo Alcântara (1958), poderia passar por uma glosa da tópica já velha da relação fascinada do cabo-verdiano pelo Brasil, se não fosse a particularidade “formal” de um simples grafema (“n” em “no”) no título. Lida a primeira estrofe “Caminho, asfalto sem fim, minha terra longe, dondê a tua voz antiga in memoriam de Nhâ Isabel” (p. 1), logo ressalta a diferença: em vez da saudade “do” Rio, estando-se em Cabo Verde, tem-se saudade de Cabo Verde, “minha terra longe”, estando-se “no” Rio, questão a que regressaremos.

Depois deste introito enganador, a isotopia dissimuladora prolonga-se pelos poemas de Jorge Barbosa e de Arnaldo França. Neste a atitude lírica difundida em três sonetos tem por tema a “Paz” e a “Esperança nova [...]”,<sup>38</sup> enquanto no longo poema de Jorge Barbosa o tema que dá título ao texto, “Crianças”, desenvolve-se num discurso que, por meio da forma repetitiva, se compromete com a denúncia da caridade hipócrita: “Quermesses/ rifas/ leilões/ tómbolas/a favor das crianças/chinesas/ argentinas/italianas/húngaras [...] [e da indiferença das autoridade cabo-verdianas] Há também as crianças pobres/ do povo das nossas ilhas [...] Temos também as crianças/ pobres das ilhas [...] um caso apenas [...] Ninguém sabe/ ninguém dá por isso [...]”.<sup>39</sup>

Os poemas dos “elementos novos” “Não me aprisionem os gestos”, “Ignoto Deo” e “Por quê?”, de Ovídio Martins; ”Herança”, “Estiagem” e “Presença do amigo morto”, de Aguinaldo Fonseca; e “Impermeabilidade”, “Viagem” e “Depois da chuva”, de Terêncio Anahory,<sup>40</sup> desenvolvem temáticas, de fato, novas, globalmente proclamativas, interpelativas, declarativas, evocativas, celebrativas, denunciadoras, autenticadoras.

Entretanto, também se deduz desta leitura, e se pode atestar por análise aprofundada, que todos esses poemas se integram na isotopia denunciadora aberta pelo poema “Crianças”, de Jorge Barbosa, e encerrada por “Romanceiro de S. Tomé”, de Osvaldo Alcântara. Como fica indiciado nos títulos, “Filho”, “Grito”, “Mãe”, “Caim”, “Porão”, “Regresso do paraíso”, “Amigo” e “Recordai do desterrado no dia de S. Silvestre de 1957”, entre os poemas deste ciclo e os anteriores (todos em *Claridade*, n. 8), a diferença é essencialmente poética. A estética do comprometimento literário comum a todos obedece aqui à poética da alegoria, narrativa de Nicolau, afinal a personagem que simboliza a saga dramática da emigração para S. Tomé.

## 5. SOBRE PASÁRGADA

No romance *Chiquinho*, escrito a “varejo” na segunda metade da década de 1930, o tópico da emigração constitui uma constante que refrata a verdade empírica do mundo humano simbolizada na história. Estão emigrados os pais de Chiquinho e de Andrezinho, Chiquinho acaba por ser empurrado pela catástrofe da seca para a América, Tói Mulato embarca por vocação e são emigrantes regressados à terra-mãe, nhô Chic’Ana, nhô João Joana, Chico Zepa e, sobre os demais, o “revolucionário” José Lima (LOPES, 1947, p.225).

Mais importante do que a realidade empírica da emigração é o tratamento de natureza ideológica a que o Autor submete esse tópico especialmente em “As-Águas”. Logo no início do retorno ao Caleijão, a pequenez do meio rural é pretexto para a enunciação de uma tese original atribuída a Andrezinho: “somos pássaros engaiolados. E o pior é que a porta da gaiola anda sempre aberta, e contudo não podemos sair dela” (LOPES, 1947, p. 212). Interpretemos a questão: uma vez que a “porta da gaiola anda sempre aberta”, não são razões políticas ou

materiais que servem de obstáculo à partida. As razões esclarecem-se no final da história quando o Autor põe Chiquinho a sugerir que os companheiros do liceu emigrem em massa, procedimento lógico para completar a tese, afirmando que “o Erudito foi sóbrio na sua resposta. Vai tu, se quiseres. Eu fico. Tenho cá muito que fazer” (p. 290).

Uma segunda tese, de significação tradicional, é a atribuída pelo Autor a José Lima, um ex-emigrante como tantos outros, mas com a diferença de fazer da vida emigrante uma forma de aquisição do saber, tendo em vista o regresso apetrechado com novas competências. E esse foi o percurso de Baltasar Lopes e de tantos outros:

José Lima caía logo no assunto da sua experiência americana [...] A sua vida de estudante inteligente [...] Depois mergulhou nas bibliotecas. Aprendeu depressa. Matriculou-se num Senior High School. [...] E no cabo foi a lição americana. Ele viu de que o homem é capaz. – Já conheces o meu ponto de vista a esse respeito... Não fiquei estranhando que os homens sérios da Vila chamassem José Lima revolucionário. (p. 223-225)

Uma terceira tese, bastante mais sutil, é a que o Autor atribui à finura intelectual de Euclides Varanda:

O senhor Euclides desejava ter um filho [...] deixar-lhe-ia em testamento o resultado da sua experiência e a proibição de se meter na vida medíocre das ilhas, avassalado pelas misérias da Matéria. Só o mar lhe daria a libertação. Ele era a nossa razão de ser. Éramos pontos lançados ao acaso no meio do Atlântico. As ilhas eram a nossa base para partirmos. – Para onde, velho? – Para Cabo Verde... – Estamos em Cabo Verde... – Não estamos tal... As ilhas vivem é na alma de cada um de nós... Estes bocados de terra só servem para amesquinhar o nosso espírito. (p. 234)

Uma leitura denotada, superficial, privilegia a interpretação espiritista de velho tonto: “Há muito que virara espírita. [...] o verdadeiro Espiritismo, racionalista e cristão” (LOPES, 1947, p. 230-231), indicada pela grafia maiúscula de “Matéria” e pelos significados de “Matéria” e “espírito”. Uma vez privilegiada a leitura mais sutil de níveis conotativo e simbólico, os dados empíricos, “ilhas [...] base para partirmos” convertem “As ilhas vivem é na alma de cada um de nós” em consciência

de si. O comportamento dos cabo-verdianos emigrados que vivenciam o seu enraizamento no chão da terra-mãe como desejo saudoso encontra-se mais do que glosado na morna popular. Com esse desejo se identifica a “Saudade [de Cabo Verde] no Rio de Janeiro”, de Osvaldo Alcântara, como vemos conceptualizável a partir da tese atribuída pelo Autor à aparente excentricidade do senhor Euclides Varanda.

Duas outras formulações que se ajustam aos enunciados “base para partirmos” e “Não estamos tal” são as conhecidas de Pedro Corsino Azevedo (1975), na versão lúdica infantil, idade de formação do imaginário de enraizamento telúrico, “terra-longe tem gente gentio/ gente gentio como gente” (p. 119) e a de Jorge Barbosa no modo lógico da contrariedade: “Este convite de toda a hora/ que o Mar nos faz para a evasão!/ Este desespero de querer partir/e ter de ficar”,<sup>41</sup> expressivo da relação existencial do homem de cultura que se vê envolvido numa vida de rotina, situação que pode suscitar o sentimento espacial da vivência enclausurada.

Num estudo que dedica à poesia de Manuel Bandeira, Adolfo Casais Monteiro (1937-1938) fala a respeito de *Libertinagem* e do “célebre *Vou-me embora para Pasárgada* [...] O quotidiano, para o poeta tísico, está mais longe do que o mais irrealizável sonho para o homem normal [...] a doença é uma barreira terrível [...] ‘ir-se embora para Pasárgada’ significa ingressar na vida comum, abandonar-se, ser livre” (p. 606).<sup>42</sup> Ora, a clausura de Manuel Bandeira por doença longe da vida normal corresponde, na tese da relação com o espaço, em versão de Euclides Varanda, à clausura do cabo-verdiano em situação colonial deprimente.

Sabemos seguramente que Baltasar Lopes leu o texto de Adolfo Casais Monteiro, de 1937-1938, e sabemos seguramente que nele se inspirou para escrever o ciclo “Itinerário de Pasárgada” publicado na revista *Atlântico*<sup>43</sup> e republicado em *Cântico da manhã futura* com alteração da ordem dos textos e sem dedicatórias (ALCÂNTARA, 1986, p. 115-124). A data da publicação, fevereiro de 1947 (e escrita de março de 1946), torna-os contemporâneos do relançamento do 2º ciclo de *Claridade* que, já vimos, se tornava um espaço diversificado e cada vez mais abertos às temáticas interventivas.

A significação que atribuímos a “Itinerário de Pasárgada” exige uma descodificada de sentidos convergentes. Primeiro, exprime a práxis da insubmissão ao sistema político, sem que “Pasárgada” seja conotador

de um lugar outro de fuga. Partir de um lugar para outro pertence à ordem da metonímia no plano da horizontalidade espacial, enquanto a partida para “Pasárgada” como símbolo pressupõe, por exigência conceptual, a orientação vertical da relação entre “simbolizante” e “simbolizado”. A terra “Pasárgada” é este Cabo Verde que subsiste acima da ordem estabelecida, concebido sem tutela do regime colonial.

Mas ao simbolizar a liberdade poética, “Pasárgada” conota o próprio fundamento do pseudônimo *Oswaldo Alcântara*, selo de garantia de escrita adversa ao conceito de poesia como “veículo” de mensagens, porquanto mensagem é o poema no seu todo, em absoluto devedor da relação entre expressão (substância e forma) e conteúdo (forma e substância), relação por natureza engendradora das maiores ambiguidades.

Ou, ainda: o lugar vertical, mais acima, “Pasárgada”, simboliza o sítio conceptual da “composição” poética (arte oficial), sítio distinto da noção vulgar de conteúdo-mensagem, com diferente forma em dois poemas publicados em *Claridade*, n. 7, em 1958. O de Aguinaldo Fonseca, “Poeta e povo”, e o de Oswaldo Alcântara, “Nasceu um poema”, têm em comum a isotopia autonímica poética, ambos confinados à estilística do versilibrismo. No primeiro, a linguagem de grande força perlocutiva está a serviço de uma mensagem dirigida ao povo que a deve tomar sem sombra de ambiguidade: “O povo gritou de fome./ Muitos ouviram mas ninguém chorou./O povo caiu na lama./Todos o souberam mas ninguém chorou”.<sup>44</sup> No segundo, longe daquela transparência, a linguagem reelabora-se para se dar a ver ela própria enquanto insinua de maneira sutil a ideia que a sustenta: “Para quem? Não sei dizer./Sei que as mãos do mundo desprenderam um pouco da sua substância./Há quanto tempo eu estava à espreita deste momento [...] Eu te bendigo, Poesia, pela esperança que deste ao meu amor e ao meu ódio.../Eu te bendigo pela força com que vou para a batalha (p.28). Em dezembro de 1949, os poemas ocupam campos semântico-lexicais diferentes, mas identifica-os a intenção Autorial que converge no empenhamento, um visando à ação mobilizadora do “povo” caído na “fome” e na “lama”, na linguagem inspirada de Aguinaldo Fonseca e outro visando acordar as consciências através dos golpes incisivos “esperança”, “ódio”, “força”, “batalha” disfarçados pela conotação generalizada. Mas, logo em dezembro de 1950, o Boletim *Cabo Verde*



inseriria o poema “Sonho” (ainda de Aguinaldo Fonseca) que se pode dizer palco de confronto entre aquelas poéticas, a partir do tópico “ficar”/”partir”.

Ao teorizar sobre as funções narrativas, Barthes (1966, p. 12) alude ao equívoco entre consecução e consequência, entre o fato que vem simplesmente depois de outro (ordem temporal) e o fato que vindo depois de outro é causado por ele (ordem lógica). Ora, em razão de um muito humano fascínio lógico, a nossa tendência consiste em dizermos que tudo o que vem depois é causado pelo que vem antes, sobretudo quando esse antes está próximo. Por um lado, aplicada a regra ao caso de que nos ocupamos, é lógico inferirmos que a fenomenologia de “Sonho” associa o tópico longínquo “partir/ficar” (BARBOSA, 1941, p.75-113) à causa eficiente próxima (1947), “Pasárgada”. Por outro lado, à vista da similaridade da estrutura versificatória e, sobretudo, da forma enunciativa pessoal “eu=>tu”, por demais de reverência à Mãe morta, só por excepcional acaso o texto de Aguinaldo Fonseca não teria constituído uma elegante réplica-recado em forma de glosa dirigida a Osvaldo Alcântara. Observe-se:

Sonho	Mamãe-terra
Mamã, dá-me a tua bênção, porque vou partir. Meu barco é um sonho de coisas futuras	Mamãe-terra, venho rezar uma oração ao pé de ti. Teu filho vem dirigir suas súplicas a Deus Nossenhora por ele por ti
	[...]
Mamã há muito que estás morta, mas estás comigo, pois tudo o que amamos nunca está ausente.	Mamãe-terra disseram-me que morreste e foste sepultada numa mortalha de chuva.
[...]	[...]
Mamã, já não vou partir, vou ficar aqui. Esta terra é pobre, mas é minha terra [...]	Mamãezinha, afasta-te um bocadinho e deixa o teu filho adormecer ao pé de ti.
Aguinaldo Fonseca, “Sonho”. <i>Cabo Verde</i> , n. 15, ano II, p. 8, 1/12/1950.	Osvaldo Alcântara, <i>Cântico da manhã futura</i> . Cabo Verde, n. 15, ano II, p. 105, 1/12/1950.

Não nos parece insensato admitir que “Sonho” representa também uma réplica lançada a Gabriel Mariano (1950) por conta do poema “A voz da terra”, publicado em *Cabo Verde*, um pouco antes: “Do fundo da terra/sobe uma voz gritando por ti. [...] Irmão das planícies,/irmão das montanhas,/irmão das ribeiras,/de pé/ nas ruínas/enche os teus olhos/e dá/novo impulso [...] (A Terra-Longe,/irmão,/está na tua terra...)”. Os parênteses curvos (no texto), que explicitam a ética da citação, funcionam como marcadores de um encadeado dialógico elucidativo: primeiro, “A voz da terra” (GABRIEL MARIANO, 1950) reinterpreta o tópico “Terra-longe”, de Pedro Corsino Azevedo, e depois, consequente e consequência, “Sonho” (AGUINALDO FONSECA, 12/1950) questiona o lirismo da enunciação pessoal “eu=>tu de Gabriel Mariano endereçado ao ‘Irmão’” cabo-verdiano.

Na “apresentação” do poema de Gabriel Mariano (1950), a redação do Boletim emprega a expressão lisonjeira “Dois novos”,<sup>45</sup> como já havia feito a propósito do Concurso de Conto Cabo-Verdiano, como se viu ter sucedido com o acolhimento dos mais novos em *Clareza* e também assim nas palavras do Diretor do Boletim *Cabo Verde* no caso da publicação do “Suplemento Cultural”. O comum incentivo dos velhos aos novos é motivo bastante para se supor que o protagonismo literário dos novos, em sintonia com os tempos, e sem melindre quanto às divergências, se sobrepunha às questões ideológicas ou à diversidade de posições de empenho sociológico.

Um exemplo dessa diversidade sem melindres<sup>46</sup> é ainda Aguinaldo Fonseca, por Amílcar Cabral considerado um paradigma de poesia comprometida no intervencionismo social, mas recenseado em *Linha do horizonte* de maneira muito elogiosa por Gabriel Mariano (em 1952, dois anos depois de questionado sobre o lirismo de “A voz da terra”) do ponto de vista da fenomenologia existencial: “[...] Toda a sua poesia oscila entre o desânimo, a esperança e a certeza do triunfo [...] Talvez sinta como Castro Alves o borbulhar do gênio [...] E tentando resumir as várias fases emocionais por que passou a poesia de Aguinaldo Fonseca notaremos: 1º- que ele se revolta; 2- que se desanima completamente; 3- que ao reagir nota que, lutando sempre, alcançará o seu verdadeiro destino”.<sup>47</sup>

## 6. CONCLUINDO “PASÁRGADA”

A propósito dos poemas que acima relacionamos, serviu-nos a expressão “uma elegante réplica-recado” para situarmos a tal relação de incentivo e cumplicidade entre um novo, Aguinaldo Fonseca, e um velho, Osvaldo Alcântara, bastante propícia para o caso literário agora reportado a Ovídio Martins que apresenta três poemas no “Suplemento Cultural”, dois deles em obediência ao protocolo, o último com a dedicatória (como convinha) “Para Carlos Alberto Monteiro Leite” e o primeiro intitulado “O único impossível” “Para Baltasar Lopes”. Quatro anos depois, em 1962, Ovídio Martins publicava *Caminhada* em que consta este poema com a mesma dedicatória com o nome grafado “Baltazar” e, entre os demais, o pequeno e conhecido texto “Antievasão” dedicado “Ao camarada poeta João Vário”:

ANTIEVASÃO

Pedirei  
Suplicarei  
Chorarei

Não vou para Pasárgada

Atirar-me-ei ao chão  
e prenderei nas mãos convulsas  
ervas e pedras de sangue

Não vou para Pasárgada

Gritarei  
Berrarei  
Matarei

Não vou para Pasárgada

Pode-se medir a dimensão simbólica deste poema pela função a que foi elevado como estandarte mobilizador de luta contra a situação colonial, e depois aproveitado, na última estrofe e respectivo estribilho, para título da edição de 1973.<sup>48</sup> Quanto ao antecedente a que parece dar resposta, deve-se eliminar a hipótese de glosa reativa contra “Vou-me embora para Pasárgada”, de Manuel Bandeira, quer por se tratar de um referente longínquo, antigo, quer pela falta de conexão com a ideologia

anticolonial animada pela Casa dos Estudantes do Império, de Lisboa, na altura frequentada por Ovídio Martins.

Evidente é, por sua vez, o título “Antievasão” que se reporta ao tópico “evasionismo” apostado desde o início da década de 1950, como etiqueta de censura, a “querer partir e ter de ficar” (referida a Jorge Barbosa) colada pela militância ideológica dos novos aos velhos.<sup>49</sup> Excluída a “Pasárgada” do brasileiro Manuel Bandeira, só restaria a “Pasárgada” do velho Baltasar Lopes que, enquanto elemento do grupo *Claridade*, contaminado pelo malefício do “evasionismo” de Jorge Barbosa, veria o conjunto de poemas “Itinerário de Pasárgada”, do seu pseudônimo Osvaldo Alcântara, infectado pelo mesmo desvio antipatriótico. Como já resumidamente interpretamos o sentido de “Itinerário de Pasárgada”, notemos apenas que constitui regra, em qualquer texto de valor simbólico, a exigência de descodificação em conformidade, ou seja, guiada pela inteligibilidade lógica dessa figura de retórica, questão que merece ser esclarecida.

Uma vez que falamos em inteligibilidade, notemos as sutilezas lógicas a que obedece a ocorrência das dedicatórias acima indicadas. No poema “O único impossível”, não é visado o poeta Osvaldo Alcântara, mas o professor e homem de cultura Baltasar Lopes na revista “Suplemento Cultural” e, depois, o linguista Baltasar Lopes no livro *Caminhada*. No poema “Antievasão”, não é visado o cientista João Manuel Varela (nem o poeta menos expressivo Timóteo Tio Tiofe), mas o poeta maior João Vário. Ainda que simples acaso, em literatura, o que parece é, tanto que Platão expulsou os poetas da República, mas não os historiadores que dizem as coisas verdadeiras, ao contrário dos poetas que dizem as coisas verossímeis.

Ora, uma propriedade essencial da literatura verossímil (lógica da doxa) consiste em poder dar vida “realista” ao que não existe no mundo empírico e poder “matar” o que nele existe de fato, isto em linguagem metafórica. Verossimilmente, João Vário é reconhecido como poeta em “Antievasão” e, inverossimilmente, Osvaldo Alcântara não é reconhecido como poeta em “O único impossível”. Se a mesma inteligibilidade for aplicada às duas ocorrências, a conclusão será, num caso a rasura de Timóteo Tio Tiofe e de João Manuel Varela e, no outro, a rasura de Osvaldo Alcântara que, por esse fato, não é reconhecido pertencer à família dos poetas elegíveis.

Nas ocorrências “Sonho”/“Mamãe-terra”, ou Aguinaldo Fonseca/Oswaldo Alcântara, a relação define-se como diferendo entre poetas no exclusivo plano epistemológico, oficiais da mesma arte que se consideram em (legítima) divergência. Na questão das Dedicatórias, põe-se o problema que nem sequer pode chegar a epistemológico por radicalizar à partida as suas próprias condições, por tudo se passar em dois planos modais, o deontológico do poeta Ovídio Martins que não reconhece o poeta Oswaldo Alcântara, e o alético de Oswaldo Alcântara que assim se vê objetivamente negado (mas subjetivamente denegado). E isto sem remédio possível.

Numa das crônicas *Varia quaedam* que mantinha na revista *Ponto & Virgula*,<sup>50</sup> a propósito das chuvas, das crenças que as associam aos Santos e do enfoque científico da economia, Baltasar Lopes (1985) se refere ao falecido “Humberto Fonseca [...] [e com ele] Manecas Duarte, também prematuramente desaparecido” (p. 24). Em outro capítulo da mesma crônica, é a vez de evocar a antiga questão:

Com o “pen-name” de Oswaldo Alcântara, cai há anos na desdita de fazer inserir numa outra publicação algumas poesias que glosavam o tema de Pasárgada. [...] Não tardou muito que certos aristarcos [...] começassem a zurzir [...] a malfadada invenção, acusando-a de “evasionismo”, portanto (inferia-se) não militante [...] E começou [...] a ganhar foros de “mot d’ordre” um estribilho [...] de um discordante em que (a ideia básica é esta) [...] prefere berrar, gritar, sofrer... mas “não vai para Pasárgada”...

[...] “Pour faire un civet de lièvre, il faut d’abord avoir le lièvre”. [...] vamos substituí-lo [...] pelo nosso vernáculo “caldo de peixe”. “[...] para fazer um caldo de peixe a primeira condição é ter o peixe”. E por paráfrase: “Para falar de Pasárgada a primeira condição é saber o que é Pasárgada”. [...] se os meus “jovens” contraditores se tivessem dado ao cuidado de lançar mão de um comezinho bom-senso, não cairiam na bernardice de darem [...] a prova evidente da mais rematada ignorância [...] em dar alfinetadas tendentes a obscurer a imagem de um fiel cristão que durante toda a sua vida (que já é bem longa *hélas!*), se dedicou a servir a sua terra como pôde e soube, título que nem a todos é lícito invocar, sem a mais descarada pouca vergonha.

Os caminhos da Poesia são inumeráveis. E quem não quiser ir para Pasárgada está *ipso facto* denotando que prefere continuar na cepa

torta. Quer ficar na cepa torta? Pois que fique. São gostos. (LOPES, 1985, p. 25-26)

Justificamos a longa citação<sup>51</sup> pelo fato de constituir um testemunho pessoal ao modo do acerto de contas em vários sentidos. O tempo tardio da retomada do assunto reforçado pelo tom irônico deve equivaler ao nenhum respeito que o caso teria merecido a Baltasar Lopes. Lisonjear Manuel Duarte (Manecas Duarte, referido só de passagem) que havia censurado *Claridade* e Osvaldo Alcântara, no mesmo contexto em que Baltasar Lopes/Osvaldo Alcântara critica os detratores no assunto de “Pasárgada”, permite-nos uma exegese das ideias que acima evocamos.

Primeiro, parece-nos falar Baltasar Lopes em nome da ética do apreço pela inteligência dos opositores que mutuamente se respeitam em matéria de competência. Depois, é altura de o “pen-mane” Osvaldo Alcântara verberar os detratores com um golpe de misericórdia em dois sentidos. O estético da não inteligência (“rematada ignorância”) afronta os detratores sobre a especificidade literária (“Os caminhos da Poesia (maiusculada) são inumeráveis”) e o moral das atitudes. Restam as “alfinetadas” ao cristão (Baltasar Lopes) que fielmente permanecia na sua terra, acusado de “evasionismo/pasargadismo” por detratores (Ovídio Martins), ao que parece, residentes na Europa (daí o sentido de “sem a mais descarada pouca vergonha”).

## BALTASAR LOPES, OSVALDO ALCÂNTARA AND PASÁRGADA

### ABSTRACT

In this article, the driving role of the Cape Verdian author Baltasar Lopes in the reactivation of the periodical *Claridade* in October 1947 is considered. Through a comparative study based on hermeneutical considerations of the historical horizon in which this process took place, a study is undertaken of the political and existential relations that determined its publication. This publication took place around six years after the conclusion of the novel *Chiquinho*. In this way, in privileging the publication hiatus and the relationship between the authors with whom he dialogued, the study intends to interpret the manner in which it is possible through continuity to identify aesthetic ruptures that are fundamental in understanding his literary output.

KEY WORDS: Cabo Verde, *Claridade* journal, Chiquinho, Baltasar Lopes, Pasárgada.

---

## BALTASAR LOPES, OSVALDO ALCÂNTATRA Y PASÁRGADA

### RESUMEN

En este artículo se analiza el papel impulsor del escritor caboverdiano Baltasar Lopes en la reactivación de la revista *Claridade*, en octubre de 1947. Mediante un trabajo comparativo marcado por la consideración hermenéutica del horizonte histórico en que ese proceso sucede, se procuran comprender las relaciones políticas y existenciales que determinaron la publicación, aproximadamente seis años después de su conclusión, de su novela *Chiquinho*. De ese modo, al privilegiar los hiatos de publicación y la relación entre los autores con quien dialogaba, se pretende interpretar el modo como es posible identificar, en medio a la continuidad, las rupturas estéticas fundamentales para la comprensión de su obra literaria.

PALABRAS CLAVE: Cabo Verde, revista *Claridade*, *Chiquinho*, Baltasar Lopes, Pasárgada.

---

### NOTAS

- 1 Repartimos em ciclos a história intermitente da revista *Claridade*: 1º ciclo: n. 1, mar./1936; n. 2, ago./1936, n. 3, mar./1937. 2º ciclo: n. 4, jan./1947; n. 5, set./1947; n. 6, jul./1948; n. 7, dez./1949. 3º ciclo: n. 8, mai./1959 e n. 9, dez./1960. Em 1938 Baltasar Lopes seguiria para Lisboa, a fim de realizar as “Pedagógicas” no Liceu Pedro Nunes (1938-1940), e no Ano Lectivo seguinte foi professor no Liceu de Leiria.
- 2 Sobre a questão, ver Suret-Canale (1979).
- 3 O fato de *Claridade* abrigar uma colaboração que foi se diversificando ao longo do tempo parece confirmar o papel impulsionador de Baltasar Lopes, detectável, aliás, na interpretação dos hiatos da publicação, nos comentários avulsos, nos apontamentos sobre o conto oral e nas recensões ocasionais dos diferentes números.
- 4 A referência a esta responsabilidade não minimiza a institucional. Veja-se o nome dos responsáveis pela revista (nunca poderia ser Baltasar Lopes, atendendo às suas funções públicas): Dir. de Manuel Lopes, n. 1 e 2. Dir.

- de João Lopes, n. 3 a 9. Sem ed. nos n. 1-3 (1º série). Ed. Nuno Miranda, n. 4-7 (2º série). Ed. Joaquim Tolentino, n. 8 e 9 (3ª série).
- 5 De Michel Laban, foi publicado *Cabo Verde: encontro com escritores*, v. I. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, s.d. [1992]. p. 247-258.
  - 6 Este foi um número único do *Suplemento Cultural*, n. 1, de outubro de 1958, Praia: Imprensa Nacional.
  - 7 Michel Laban, s.d. [1992].
  - 8 As versões publicadas em *Claridade* e reproduzidas em *Linha do horizonte* (Fonseca, 1951) sofrem apenas correções de pontuação, com a ressalva da supressão do verso “dizem que o mundo está mau”, no poema “Sensibilidade” (p. 41); em “Perdida”, a junção de dois versos num único “És agora uma flor murcha, ou fruta espremida” e a supressão de “respeitosamente” no primeiro verso da quarta estrofe “Eu abraço [respeitosamente]” (p. 52).
  - 9 Michel Laban, s.d. [1992]. p. 252.
  - 10 Os artigos do autor são: “Algumas considerações acerca das chuvas”. *Cabo Verde*, n. 1, ano I, Praia: Imprensa Nacional, p. 5-7, 1º/10/1949. “Em defesa da terra”, *Cabo Verde*, n. 2, Praia: Imprensa Nacional, p. 2-4, 1º/11/1949. “Em defesa da terra II”, *Cabo Verde*, n. 6, Praia: Imprensa Nacional, p. 15-17, 1º/3/1950. “Em defesa da terra III”, n. 14, ano II, Praia: Imprensa Nacional, p. 19-22, 1º/11/1950. “Em defesa da terra IV”, n. 15, Praia: Imprensa Nacional, p. 6-8, 1º/12/1950. “Em defesa da terra”, n. 29, v. III, Praia: Imprensa Nacional, p. 24-25, 1º/2/1952.
  - 11 Cf. p. ex., Lopes (1982).
  - 12 A poesia de Aguinaldo Fonseca revela qualidades (notáveis) que escapam a esta formulação redutora.
  - 13 Em 1948, a expressão “os pés fincados na terra” já aparece no artigo “Características da moderna literatura cabo-verdiana”, de Manuel Lopes, publicado em *O telégrafo*, Horta, 17/1/1948 e citado por Marie-Christine Hanras em *Manuel Lopes: um itinerário iniciático*. Praia: ICL, p. 268, 1995.
  - 14 Em 1954, e não em 1951, como consta em Duarte (1999).
  - 15 Na edição de 1954, p. 642; na de 1999, p. 26-27.
  - 16 Na edição de 1954, p. 643; na de 1999, p. 28.
  - 17 Na edição de 1954, p. 643; na de 1999, p. 28.
  - 18 Na edição de 1954, p. 642; na de 1999, p. 27.
  - 19 A convite de Sarmiento Rodrigues, para visitar os espaços de colonização portuguesa, Gilberto Freyre ocupou nesse périplo os meses de agosto de



1951 a fevereiro de 1952, passando por Cabo Verde no itinerário Portugal-Senegal-Guiné-Cabo Verde-Portugal, em outubro de 1951.

- 20 Baltasar Lopes (1956). Este texto também foi publicado com o título “Apontamentos” I, II, na revista *Cabo Verde*, n. 84, ano VII, 1º/9/1956, p. 6-17; os textos III e IV, na n. 85, 8º ano (sic), 1º/10/1956, p. 3-13; V e VI, n. 86, ano VII, 1º/11/1956, p. 6-17.
- 21 Informação dada em cada um dos n. 84, 85 e 86, de *Cabo Verde* (cf. Nota anterior).
- 22 Note-se que “Chegou, viu, interpretou” parece ser uma glosa irônica da frase latina atribuída a Júlio Cesar, “Veni, vidi, vici”.
- 23 Quanto ao “melindre” cabo-verdiano, em caso de apreciações superficiais, veja-se a reação de Jorge Barbosa sobre a “indolência cabo-verdiana”. “Eu preferi escrever uma apontamentos sobre o que quero dizer. As minhas considerações são consequência da minha experiência, talvez longa e muito sentida, da vida cabo-verdiana. São uma opinião muito pessoal” (LESSA; RUFFIÉ, 1960).
- 24 No final do texto, mostraremos que o dissídio de ideias entre Baltasar Lopes e Manuel Duarte não interfere com o respeito e apreço intelectual.
- 25 Sobre o autor, como Advogado, tenha-se em conta o tema do seu celebrado conto “A caderneta” (LOPES, 1960).
- 26 Aplicamos a esta situação uma tipologia interpretativa usada para escritores americanos e europeus entre as duas guerras em Michel Zeraffa (1972).
- 27 O tópico “o poeta precisa do povo para lhe dar assunto” e “o povo precisa do poeta para o cantar” e retirá-lo do anonimato encontra-se em Barbosa (1941) e em “Irmão”: “Ó caboverdiano humilde/anónimo/meu irmão” (BARBOSA, 1989, p. 85-87).
- 28 Em Iuri Lotman (1976), a literariedade poética se assenta na dupla codificação da linguagem. A primeira organiza a comunicação comum. A segunda toma a linguagem comum como matéria-prima da codificação literária.
- 29 Poema integral: “O povo gritou de fome/Muitos ouviram mas ninguém chorou.//O povo caiu na lama./Todos o souberam mas ninguém chorou.//O povo martirizado/morreu em campos de concentração./Ninguém chorou.// Mas o poeta escreveu então/o melhor poema de todos os poemas./A voz do poema não era a voz do poeta:/era a voz do povo,/o grito do povo, o choro do povo.//Os versos do poema choravam como o povo.../e o poeta, ao escrevê-los,/chorou também com êles.”

- 30 Cf. Almada (1998).
- 31 Cf. Amílcar Cabral, “Apontamentos [...]”, p. 8.
- 32 Cf. “Condições do concurso do melhor conto regional de Cabo Verde”. *Cabo Verde*, n. 3, ano I, -/12/1949, contracapa.
- 33 Carlos d’Almeida, Rogado Quintino e Bento Levy. “Temos de reagir”. *Cabo Verde*, n. 8, ano I, p. 1-2, 1º/5/1950. *N. da R.* “[...] Resta-nos deixar aqui registados, para o Dr. Baltasar Lopes da Silva, Ilustre Reitor do Liceu ‘Gil Eanes’ e para os nossos prezados colaboradores Dr. Carlos de Almeida e Rogado Quintino, a expressão dos melhores agradecimentos da Direção do *Boletim* pelo obsequioso interesse com que todos contribuíram para o êxito do concurso. Muito obrigado. *B. L.* (Bento Levy)” *Cabo Verde*, p. 2.
- 34 Citação retirada do “Suplemento Cultural”. *Cabo Verde*, p. 1.
- 35 Carlos Alberto Monteiro Leite na “Nota de abertura” do “Suplemento Cultural”. *Cabo Verde*, p. 3.
- 36 Sem investigação aprofundada, identificamos Francisco Lopes com Francisco de Sales Lopes da Silva.
- 37 Cf. *Claridade*, n. 8, S. Vicente, p. 76, maio/1958.
- 38 De Arnaldo França: “Paz-3!” Texto publicado em *Claridade*, n. 8, S. Vicente, p. 28, maio/1958.
- 39 Poema “Crianças”, de Jorge Barbosa, em *Claridade*, n. 8, S. Vicente, p. 23-25, maio/1958.
- 40 Todos publicados em *Claridade*, n. 8, S. Vicente, p. 28-33, maio/1958.
- 41 Versos de “Poema do mar”, de Jorge Barbosa, em *Claridade*, n. 8, p. 97, S. Vicente, maio/1958.
- 42 Texto de Adolfo Casais Monteiro: “Crítica a Manuel Bandeira Pasárgada”, publicado na *Revista de Portugal*, v. I, Coimbra, p. 606, 1937-1938.
- 43 Osvaldo Alcântara, em “Itinerário de Pasárgada”, publicado na revista *Atlântico*, v. IV, Nova Série, n. 3, p. 81-85, 4/2/1947, com a seguinte distribuição e dedicatórias: I- “Passaporte para Pasárgada”, a António Aurélio Gonçalves e Jaime de Figueiredo. II- “Vangelho segundo o rei de Pasárgada”, a José Osório de Oliveira. III- “Dos humildes é o reino de Pasárgada”, a Jorge de Lima. IV- “Saudade de Pasárgada”, a Jorge Barbosa. V- “Balada dos companheiros para Pasárgada”, a Carlos Drummond de Andrade.
- 44 Cf. acima, Nota 28.

- 45 O segundo é Francisco de Sales Lopes da Silva que apresenta uma narrativa breve, “Aguarela da tarde” de inspiração lírica que, todavia, termina em realismo social: “[...]Trabalhadores, carvoeiros, homens e mulheres, velhos e crianças – pedaços vivos do drama cabo-verdiano [...]”.
- 46 Todos os autores, tanto novos como velhos, assumiam sem sombra de dúvida a consciência anticolonial. A linha de fratura passava pelas opções disponíveis nos tempos correntes. Eliminada a tese de “Cabo Verde, caso de regionalismo europeu”, restavam as teses, “Cabo Verde, caso em-si, de-si-para-si”, preferida por Baltasar Lopes, Gabriel Mariano e outros, e “Cabo Verde, caso de regionalismo africano”, preferida por Manuel Duarte, Aguiinaldo Fonseca e outros. Portanto, questão de ideologia política.
- 47 Citações das páginas 30 e 32 do texto de Gabriel Mariano: “Linha do Horizonte e Aguiinaldo Fonseca”, publicado na revista *Cabo Verde*, n. 26 e 28, ano III, p. 29 (n. 26) e p. 30-32 (n. 28), 1/1/1952.
- 48 Esta edição reproduz a estrutura de *Caminhada* (Martins, 1962), mas com as seguintes diferenças: conservação dos poemas do capítulo “Caminho andado”, acréscimo de um poema (“Aviso”) no capítulo “Caminho da perdição”, mas muito largo desenvolvimento do capítulo “Camin criou” que, de quinze, aumenta para cinquenta e sete poemas. A edição mais recente, com o mesmo título, Mindelo, Instituto de Promoção Cultural, 1998, reproduz a edição de Roterdão.
- 49 Cf. artigo de Onésimo Silveira (1963), no ano seguinte à edição de *Caminhada*, de Ovídio Martins (também pela C.E.I.).
- 50 Revista *Ponto & Vírgula*, s.l., Edições Cabo Verde, 2006 [1933-1987, Facsimile das revistas editadas no Mindelo].
- 51 O texto da crônica inclui a exegese de Baltasar Lopes sobre o tema “Pasárgada”.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Osvaldo. Saudade no Rio de Janeiro. *Claridade*, n. 8, p. 1, maio/1958.

\_\_\_\_\_. *Cântico da manhã futura*. Praia: Banco de Cabo Verde, 1986. p. 115-124.

ALMADA, José Luís Hopffer. A poética cabo-verdiana pós-*Claridade*: alguns traços essenciais da sua arquitetura. In: VEIGA, Manuel (Ed.). *Cabo Verde: insularidade e literatura*. Paris: Karthala, 1998. p. 140.

- AZEVEDO, Pedro Corsino. Terra-longe. In: FERREIRA, Manuel (Org.). *No reino de Caliban I*. Lisboa: Seara Nova, 1975. p. 119.
- BARBOSA, Jorge. *Ambiente*. Cabo Verde: Minerva de Cabo Verde, 1941.
- \_\_\_\_\_. Irmão. *Poesias I*. Praia: ICL, 1989. p. 85-87.
- BARTHES, Roland. Introduction à l'analyse structurale des récits. *Communications*, v. 8, p. 12, Paris: Seuil, 1966.
- CABRAL, Amílcar. Regresso... *Cabo Verde*, n. 2, ano I. Praia: Imprensa Nacional, p. 11, 1/11/1949.
- DECLERCQ, Gilles. *L'art d'argumenter: structures rhétoriques et littéraires*. Paris: Éditions Universitaires, 1992. p. 69.
- DUARTE, Manuel. Caboverdianidade e africanidade. *Vértice*, n. 134, v. XIV, p. 639-644, Coimbra, XI/1954.
- \_\_\_\_\_. *Caboverdianidade e africanidade e outros textos*. Praia: Spleen Edições, 1999. p. 21.
- FONSECA, Aguinaldo. *Linha do horizonte*, Lisboa: [s.e.], 1951.
- FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953a. (Documentos Brasileiros, n. 76).
- \_\_\_\_\_. *Aventura e rotina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953b. (Documentos Brasileiros, n. 77).
- GUITARD, Odette. *Bandoung et le réveil des peuples colonisés*. Paris: PUF, 1969. (Que sais-je?).
- LABAN, Michel (Org.). *Mário Pinto de Andrade: uma entrevista*. Lisboa: João Sá da Costa, 1997.
- LESSA, Almerindo; RUFFIÉ, Jacques. *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960. p. 131-134.
- LOPES, Manuel. *Chuva braba*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LOPES, Baltasar. *Chiquinho*. S. Vicente: Edições Claridade, 1947.
- \_\_\_\_\_. A caderneta. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Antologia da ficção cabo-verdiana contemporânea*. Praia: Edições Henriquinas, 1960. p. 113-122.
- \_\_\_\_\_. *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. Praia: Imprensa Nacional, 1956.
- \_\_\_\_\_. Varia quaedam. *Ponto & Vírgula*, n. 14, abr./set., p. 24, 1985.
- LOTMAN, Iuri. *A estrutura do texto artístico*. Lisboa: Estampa, 1976.
- MARIANO, Gabriel. A voz da terra. *Cabo Verde*, n. 12, ano I, p. 20, 1/9/1950.

MARTINS, Ovídio. *Caminhada*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1962.  
\_\_\_\_\_. *Gritarei, berrarei, matarei: não vou para Pasárgada*. Rotterdam: Edições Caboverdianidade, s.d. [1973].

SILVEIRA, Onésimo. *Consciencialização na literatura caboverdiana*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império (C.E.I.), 1963.

SURET-CANALE, Jean. *Afrique noire géographie civilisations histoire*. Paris: Éditions Sociales, 1979. (3<sup>ème</sup> éd.).

ZERAFFA, Michel. *La révolution romanesque*. Paris: 10/18-UGE, 1972. p. 11-12.

---

Recebido em 3 de março de 2014

Aprovado em 5 de junho de 2014

---